



Direito Administrativo

Questão 01

Em relação à interação do direito administrativo, com os demais ramos de direito, analise as afirmativas a seguir:

- I. O direito administrativo é que dá mobilidade ao direito constitucional.
- II. O direito administrativo tem vínculo com o direito processual civil e penal.
- III. As normas de arrecadação de tributos podem ser tidas como de direito administrativo.
- IV. A teoria civilista dos atos e negócios jurídicos têm aplicação supletiva aos atos e contratos administrativos.

Marque a alternativa CORRETA.

- a) apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
- c) apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- d) as afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

Questão 02

Sobre princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, é CORRETO afirmar:

- a) De acordo com o princípio da mutabilidade do regime jurídico, é possível estabelecer tarifas diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes de atendimento aos distintos segmentos de usuário.
- b) O princípio da continuidade do serviço público, em decorrência do qual o serviço não pode parar, tem como uma de suas consequências a aplicação da teoria da imprevisão, para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e permitir a continuação do serviço.
- c) Pelo princípio da flexibilidade dos meios aos fins, fica proibida a aplicação da exceção do contrato não cumprido contra a Administração Pública quando o contrato tiver como objeto a prestação de serviços públicos essenciais.



d) Pelo princípio da igualdade dos usuários, fica a Administração Pública autorizada a realizar mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.

Questão 03

Acerca dos atributos dos atos administrativos, é CORRETO afirmar:

- a) A autoexecutoriedade é o atributo que permite que o ato administrativo seja executado pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- b) A imperatividade é o atributo do ato administrativo que permite que o ato administrativo seja executado independentemente de título, de modo que, ao contrário do que ocorre como regra no direito privado, não se aplica no direito administrativo a nulla executio sine titulo.
- c) A presunção de legitimidade do ato administrativo tem como consequência o fato de que este produzirá seus efeitos enquanto a sua invalidade não for decretada pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração Pública.
- d) A presunção de veracidade dos atos administrativos corresponde à conformidade do ato com a lei, o que significa que estes se presumem lícitos até que se prove o contrário.

Questão 04

Assinale a alternativa que descreva a caracterização do “desvio de finalidade”:

- a) A edição de ato administrativo por administrador público incompetente, em abstrato, para o fazer.
- b) A edição de ato, por particular, objetivando uma finalidade pública, sem a outorga de poderes para tal.
- c) A expedição de ato administrativo por administrador público, no uso de poder discricionário.
- d) A edição de ato administrativo por administrador público, competente, em abstrato, para o fazer, visando a fim diverso daquele que a lei lhe permitiu.

Questão 05

Segundo a Constituição Federal, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício das prerrogativas inerentes EXCETO à

- a) nacionalidade.
- b) soberania.
- c) cidadania.
- d) liberdade.

Questão 06

Analisar as assertivas abaixo quanto ao tema sobre improbidade administrativa constante no artigo nono da lei 8429/92, classificando-as como Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e após escolha a alternativa correta.

() receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;



() perceber somente vantagem econômica, direta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior a o valor de mercado;

() perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente privado por preço inferior ao valor de mercado;

() utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem com o o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.

Analise as assertivas abaixo quanto ao tema sobre improbidade administrativa constante no artigo nono da lei 8429/92, classificando-as como Falsas (F) ou Verdadeiras (V) e após escolha a alternativa correta.

a) V; F; V; F;

b) V; V; F; F;

c) F; F; V; F;

d) V; F; F; V;

Questão 07

Acerca da Administração Indireta, é CORRETO afirmar:

a) A lei que cria autarquia pode definir livremente seu regime de pessoal.

b) As autarquias podem desenvolver atividades com intuito de lucro, desde que sejam típicas de Estado.

c) As pessoas jurídicas advindas da descentralização administrativa devem observar o princípio da especialidade no exercício de funções administrativas, sendo vedado o exercício de atividade política de governo por tais pessoas.

d) As pessoas jurídicas de direito privado podem exercer todas as atividades-fins da Administração Pública.

Questão 08

Durante perseguição a um criminoso, veículo da Polícia Civil conduzido em alta velocidade colide com três auto- móveis particulares que trafegavam regularmente pela via pública, causando danos materiais a seus respectivos proprietários.

Na hipótese, é CORRETO afirmar:

a) Impõe-se ao Estado o dever de indenizar com base na teoria da responsabilidade objetiva, segundo expressa previsão do ordenamento jurídico brasileiro.

b) Não se impõe ao Estado o dever de reparar os danos, em face da excludente de responsabilidade caracterizada pelo estrito cumprimento do dever legal.

c) Não se impõe ao Estado o dever de indenizar, em face da excludente de responsabilidade civil representada pela imprevisibilidade e inevitabilidade do evento danoso.

d) Responderá o Estado pelo dever de indenizar os danos com base na teoria da culpa subjetiva, ou seja, desde que demonstrado que a operação policial ou, especificamente, as colisões tenham sido dolosas ou culposas.



Legislação Policial

Questão 09

De acordo com o previsto na LC 129/2013, não está compreendido na função de polícia judiciária:

- a) a elaboração de registros, termos, certidões, atestados e demais atos previstos no Código de Processo Penal ou em leis específicas.
- b) a instauração, formalização e arquivamento de inquérito policial, de termo circunstanciado de ocorrência e de procedimento para apuração de ato infracional;
- c) o exame preliminar a respeito da tipicidade penal, ilicitude, culpabilidade, punibilidade e demais circunstâncias relacionadas à infração penal;
- d) a definição sobre a autuação da prisão em flagrante e a concessão de fiança;
- e) a requisição da apresentação de presos do sistema prisional em órgão ou unidade da PCMG, para fins de investigação criminal;

Questão 10

A Câmara Disciplinar da PCMG, prevista na LC 129/2013, será presidida pelo:

- a) Corregedor-Geral
- b) Ouvidor-Geral
- c) Chefe Adjunto da PCMG
- d) Chefe da PCMG
- e) Superintendente de Investigação e Polícia Judiciária

Direito Civil

Questão 11

A respeito da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa que não está incorreta:

- a. Reputa-se ato jurídico perfeito aquele que o titular, ou alguém por ele, pode exercer.
- b. Chama-se coisa julgada a decisão judicial de que já não caiba recurso, exceto no caso de cumprimento de pena em decisão de segunda instância.
- c. Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência, mesmo que mais benéfica.
- d. A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Questão 12

São as diretrizes teóricas que informam o Novo Código Civil Brasileiro, de acordo com a concepção culturalista de seu criador:

- a. Socialidade, eticidade, operabilidade e sistematicidade.
- b. Socialidade, eticidade, efetividade e sistematicidade.
- c. Eticidade, operabilidade, funcionalidade e sistematicidade.
- d. Socialidade, eticidade, operabilidade e efetividade



Questão 13

Não é obrigatório o regime da separação de bens:

- a. Da pessoa maior de 70 (setenta) anos.
- b. Do menor púbere autorizado pelos pais.
- c. Do menor impúbere, em caso de gravidez.
- d. Do divorciado, não homologada ainda a partilha.

Questão 14

André, 35 anos, cujos dois filhos morreram em acidente automobilístico, mantém união estável com Sandra há anos. No mesmo acidente, morreram também Simone, sua mãe, Jonas, seu pai, bem como Miguel, seu avô paterno. Sobreviveram ao acidente, Mário, seu avô materno, Luísa e Helena, suas avós materna e paterna, respectivamente. Ao falecer, sem testamento, André e Sandra tinham patrimônio de 200 mil, sendo que todos os bens haviam sido em nome de André, depois da união.

A respeito do caso, julgue a assertiva correta:

- a. Sandra não tem direito à meação de André em razão do regime de bens entre os conviventes, mas tem direito sucessório sobre a metade dos bens do falecido, pelo que faz jus a 50 mil.
- b. Sandra tem direito à meação de André, mas não é herdeira, em razão do regime de bens aplicável, pelo que deve receber 100 mil.
- c. Sandra tem direito à meação, bem como direito sucessório sobre os bens, devendo ficar com 150 mil, ao passo o valor remanescente pertence aos avós, que recebem valores iguais.
- d. Sandra tem direito à meação, bem como direito sucessório sobre os bens, devendo ficar com 150 mil, ao passo o valor remanescente pertence aos avós, que recebem valores desiguais.

Questão 15

Não se anula o negócio jurídico eivado de:

- a. Coação, que incute ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável aos seus bens.
- b. Estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar pessoa não pertencente à família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- c. Dolo, quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d. Erro, quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, deixar de se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

Questão 16

Corre a prescrição:

- a. Entre os companheiros, na constância da sociedade conjugal.
- b. Contra a pessoa em coma.
- c. Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em missão de paz.
- d. Contra o policial que atua como adido em embaixada brasileira.

Questão 17



Tem domicílio necessário:

- a. O relativamente incapaz, no domicílio de seu assistente.
- b. O policial federal, no lugar em que exercer suas funções em missão especial.
- c. O militar da Marinha, onde o navio estiver matriculado.
- d. O preso, no lugar em que cumprir a prisão cautelar.

Questão 18

Sobre as provas, é incorreto afirmar, de acordo com o Código Civil, que:

- a. As declarações constantes de documentos assinados presumem-se verdadeiras em relação aos signatários.
- b. Podem ser admitidos como testemunhas os maiores de dezesseis anos.
- c. A recusa a exame médico ordenado pelo juiz não pode suprir a prova que se pretendia obter com ele.
- d. A pessoa com deficiência poderá testemunhar em igualdade de condições com as demais pessoas.

Questão 19

Otávio, Augusto e Tibério se obrigam a entregar um objeto, avaliado em 90 mil, a Teodósio. Nesse caso, se:

- a. O objeto, indivisível, se perder, por culpa dos três, responde cada um deles pelos 90 mil, solidariamente.
- b. O objeto, indivisível, estiver com Tibério, Otávio e Augusto respondem por 30 mil cada.
- c. A obrigação for solidária, responde cada um deles pelos 90 mil, mesmo que o objeto seja divisível.
- d. A obrigação for solidária, não pode Teodósio estabelecer que seja pura a Otávio e condicional a Augusto e Tibério.

Questão 20

Sobre a responsabilidade civil é correto afirmar que:

- a. O incapaz não responde pelos danos causados, mesmo que seus responsáveis legais não tenham meios de fazê-lo, porque a responsabilidade dos pais é objetiva.
- b. Se o dono do hotel provar que o vidro do apartamento pelo qual foi lançado um objeto não abre, deixa de responder pelo ato do funcionário que o quebrou com intenção de causar dano ao hóspede atingido.
- c. Não responde aquele que recebeu doação oriunda de valores obtidos por funcionário público envolvido em corrupção se mostrar que não sabia do delito.
- d. Mesmo que haja a vítima tenha provocado o cão, seu dono responde, caso estivesse transitando com o animal solto, sem coleira, em via pública.

Direito Constitucional

Questão 21

Acerca dos direitos e garantias fundamentais, indique a única alternativa que contém uma afirmação INCORRETA:



- a) Os direitos e garantias fundamentais não possuem conteúdo patrimonial, razão por que são intransferíveis, inegociáveis e não são alcançados por prescrição.
- b) Os direitos fundamentais não são absolutos, de forma que podem encontrar limitações em outros direitos constitucionalmente consagrados. No entanto, ensina Norberto Bobbio que alguns direitos não admitem a relativização, tais como o direito de não ser torturado e o de não ser escravizado.
- c) A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, classificou os direitos e garantias fundamentais em três categorias, a saber: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais e Direitos de Nacionalidade.
- d) Os direitos fundamentais, em sua dimensão subjetiva, são concebidos sob a perspectiva do indivíduo, de forma que configuram posições jurídicas oponíveis ao Poder Público e à atuação do particular.

Questão 22

A respeito das ações constitucionais, indique a única alternativa em que a afirmativa se coaduna com a Constituição Federal de 1988:

- a) A Justiça do Trabalho não é competente para apreciar habeas corpus, porque não tem competência em matéria penal. Assim, se o Juiz do Trabalho for autoridade coatora de habeas corpus, a competência para exame da ação será do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- b) O Partido Político Cidadão (PCC), em abril de 2014, tinha um representante eleito no Congresso Nacional, data em que impetrou um mandado de segurança coletivo, para resguardar direito líquido e certo de seus integrantes. Todavia, a ação constitucional só foi pautada para julgamento em setembro de 2017, data em que o PCC já não tinha mais nenhum representante no Congresso Nacional. Nesses termos, a perda superveniente da representação, segundo o Supremo Tribunal Federal, não acarreta a perda superveniente de legitimação.
- c) A Constituição Federal de 1988 não atribuiu a qualquer pessoa da população a legitimidade para propositura de ação popular. No entanto, qualquer do povo, seja brasileiro nato ou naturalizado, tem legitimidade para a propositura da referida ação constitucional, para, em nome próprio, defender interesse difuso.
- d) A Constituição Federal a todos assegura a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. A negativa de entrega da certidão deve ser combatida via habeas data, remédio constitucional utilizado para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante.

Questão 23

A respeito dos direitos de nacionalidade, escolha a única alternativa correta:

- a) Maria é espanhola e reside no Brasil há sete anos. Está casada com João, brasileiro nato, há cinco anos. Tomando-se por base a legislação brasileira e considerando que Maria se casou no Brasil e que não há nada que possa ferir a sua reputação, é possível concluir que Maria adquiriu, no momento de seu casamento, a nacionalidade brasileira, a partir da aplicação do critério *jure matrimonii*.
- b) A Constituição Federal admite expressamente em seu texto hipóteses de naturalização tácita e de naturalização expressa.
- c) Bené nasceu em Moçambique no ano de 1997, tendo vindo residir no Brasil em fevereiro de 2016, ano em que lhe foi concedido registro permanente. Sabendo que Bené manteve residência ininterrupta no Brasil e que não há nada que possa macular a sua reputação, é



possível afirmar que o moçambicano ainda não preenche os requisitos para requerer, em novembro de 2017, a naturalização brasileira.

d) Giovanni é italiano e reside legalmente no Brasil há dezessete anos ininterruptos. Tendo sido recebido no País aos dezoito anos, estudou em universidade brasileira e conquistou o título de “bacharel em direito”. Giovanni foi aprovado no concurso para analista judiciário do Supremo Tribunal Federal. Surpreendido com o resultado de seu esforço e desejando obter a nacionalidade brasileira, o italiano requereu ao Ministério da Justiça a naturalização brasileira. Sabendo que Giovanni não tem condenação criminal, poderá o vitorioso concursando tomar posse no cargo para o qual logrou êxito no certame público, porque a portaria de formal reconhecimento da naturalização, expedida pelo Ministro da Justiça, é de caráter meramente declaratório, de maneira que seus efeitos retroagirão à data do requerimento do interessado.

Questão 24

A Organização político-administrativa brasileira compreende, como entidades autônomas, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Todas essas entidades têm capacidade jurídica para editar normas primárias capazes de inovar o ordenamento jurídico. A respeito da repartição de competências legislativas, à luz da Constituição Federal e da jurisprudência do STF, indique a alternativa INCORRETA:

a) A Lei distrital que proíbe as empresas de telecomunicações de cobrarem taxas para a instalação do segundo ponto de acesso à internet é constitucional, pois embora seja da competência da União legislar sobre telecomunicações, a competência para dispor sobre os direitos do consumidor é concorrente.

b) É inconstitucional a lei estadual que obriga a instalação de cinto de segurança em veículos de transporte coletivo.

c) Lei estadual que fixa prazos máximos, segundo a faixa etária dos usuários, para a autorização de exames pelas operadoras de plano de saúde é inconstitucional, porque compete à União legislar sobre seguros e fiscalizar as operações relacionadas a essa matéria.

d) É inconstitucional lei distrital que concede gratificação por risco de vida aos policiais e bombeiros militares do Distrito Federal, porque compete à União organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

Questão 25

A respeito do Poder Executivo, indique a assertiva correta:

a) No processo de impeachment do Presidente da República, a decisão do Senado Federal tem natureza política, motivo pelo qual o Judiciário não pode reexaminar o mérito da decisão em que o Senado responsabiliza o Chefe do Executivo.

b) Conforme recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal, no processo de impeachment do Presidente da República, uma vez admitida a acusação por dois terços dos membros da Câmara dos Deputados, caberá ao Senado, necessariamente, formalizar o processo contra o Chefe do Executivo. Em sentido diverso, nas infrações penais comuns, caso a Câmara autorize o processo, o Supremo Tribunal Federal não estará obrigado a aceitar a denúncia.

c) O Presidente da República, durante o mandato, não será responsabilizado por manifestação de suas opiniões e palavras. Ademais, durante o mandato, só poderá ser preso após sentença judicial condenatória e não poderá ser punido por atos estranhos ao exercício de suas funções.

d) É da competência do Presidente da República, mediante decreto, nomear e demitir servidores públicos vinculados ao Executivo federal.



Questão 26

A respeito do Poder Judiciário, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta:

- a) A garantia da inamovibilidade, por sua própria natureza, está assegurada apenas aos juízes titulares, não se estendendo aos juízes substitutos.
- b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, mandado de injunção contra ato de Ministro de Estado. Dessa decisão, caso denegatória, caberá recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- c) A cláusula de reserva de plenário determina que somente pelo voto da maioria relativa dos membros do tribunal ou do respectivo órgão especial pode ser declarada a inconstitucionalidade de lei. Nesses termos, juízes de primeira instância não podem declarar inconstitucionalidade de lei.
- d) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro e município ou pessoa que mora no Brasil.

Questão 27

Sobre os Princípios Fundamentais e os Direitos e Garantias Fundamentais elencados na Constituição Federal, escolha a alternativa correta:

- a) A concessão de asilo político a estrangeiro perseguido politicamente em seu país de origem é um exemplo de direito fundamental cuja titularidade é só de estrangeiro, não obstante a universalidade ser uma das principais características dos direitos fundamentais.
- b) A Constituição Federal, ao elencar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil, quis, sobretudo, elevar o trabalho ao condão de direito social, a fim de resguardar a dignidade da pessoa humana e o exercício da cidadania plena.
- c) A Constituição Federal, ao redemocratizar o Estado, trouxe uma ampla e irrestrita liberdade de consciência, de forma que não se pode restringir, sob risco de se configurar a censura, a manifestação de opiniões, mesmo que propagadoras do antissemitismo.
- d) O exercício de trabalho ou de profissão, no Brasil, está condicionado à existência de lei regulamentadora, que estabeleça as qualificações profissionais necessárias. Compete privativamente à União a regulamentação de profissões.

Questão 28

Acerca dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos elencados na Constituição Federal, indique a única assertiva INCORRETA:

- a) Não induz responsabilidade civil, segundo o Supremo Tribunal Federal, a publicação de matéria jornalística cujo conteúdo divulgue observações em caráter irônico ou, então, veicule opiniões em tom de crítica severa, se a pessoa a quem tais observações forem dirigidas ostentar a condição de figura pública, investida, ou não, de autoridade governamental, pois, em tal contexto, a liberdade de crítica qualifica-se como verdadeira excludente anímica, apta a afastar o intuito doloso de ofender. Assim, é incompatível com o pluralismo de ideias a negativa aos meios de comunicação social o direito de buscar e de interpretar as informações, bem assim a prerrogativa de expender as críticas pertinentes.
- b) Atos que instituíram sistema de reserva de vagas com base em critério étnico-racial no processo de seleção para ingresso em instituição pública de ensino superior não contraria o princípio da igualdade material. No entanto, as políticas de ação afirmativa fundadas na discriminação reversa apenas serão legítimas se a sua manutenção estiver condicionada à persistência, no tempo, do quadro de exclusão social que lhes deu origem. Caso contrário,



tais políticas poderiam converter-se em benesses permanentes, instituídas em prol de determinado grupo social, mas em detrimento da coletividade como um todo.

c) Os direitos fundamentais de primeira geração, frutos de liberdades negativas, realçam o princípio da liberdade. Já os direitos de segunda geração, oriundos de liberdades positivas, acentuam o princípio da igualdade. Os direitos de terceira geração, que materializam poderes de titularidade coletiva atribuídos genericamente a todas as formações sociais, consagram o princípio da solidariedade e constituem um momento importante no processo de desenvolvimento, expansão e reconhecimento dos direitos humanos.

d) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a proibição judicial de passeatas e manifestações públicas em defesa da legalização ou da descriminalização do uso de entorpecentes não ofende o direito fundamental de reunião, porque a liberdade de expressão e o direito de reunião não podem ser utilizados como escudo para a prática da incitação ao uso de drogas, conduta criminalizada no Brasil.

Questão 29

A respeito dos direitos políticos, à luz da Constituição Federal e da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a única assertiva correta:

a) Os direitos políticos negativos são aqueles consubstanciados em normas que asseguram a participação do indivíduo no processo político.

b) João é prefeito do Município de Formosa, Goiás. Em razão de estar no segundo mandato consecutivo de prefeito, não poderá concorrer nas próximas eleições (2020) a um terceiro mandato consecutivo. Todavia, desde que renuncie com pelo menos seis meses de antecedência das eleições, poderá concorrer, em 2020, a prefeito de Goiânia, também Município de Goiás.

c) João é filho de José, prefeito de determinado Município. João e José não se falam há oito anos e têm inimizade declarada. João é filiado a partido político rival de seu pai e pretende concorrer, nas eleições em que seu pai disputará à reeleição, ao mandato de prefeito daquele Município. Sendo João parente em primeiro grau de titular de mandato eletivo, não poderá concorrer a cargo eletivo na área de atuação do prefeito, independentemente de manter ou não relação de amizade ou de afeto com o pai.

d) Céu Azul é Município do Estado da Bahia, que surgiu do desmembramento do Município Céu Estrelado. Maria é casada com João, prefeito do Município Céu Estrelado, no exercício de seu segundo mandato consecutivo. Sabendo que é inelegível no Município em que seu esposo exerce mandato eletivo, Maria pretende concorrer ao cargo de prefeita do Município de Céu Azul, em razão de ser muito próximo ao lugar em que mora e pelo fato de possuir muitas amizades naquela cidade. Assim, não há impedimento de que Maria concorra ao cargo que almeja, pois a inelegibilidade reflexa só alcança os cargos de prefeito e vereador do Município em que seu cônjuge exerce mandato.

Questão 30

Em decorrência de princípio federativo, União, Estados, Distrito Federal e Municípios detêm competências legislativas. A respeito da repartição de competências entre os entes federativos, indique a assertiva INCORRETA:

a) Lei distrital que assegura aos estudantes regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino o direito à “meia entrada”, isto é, desconto de 50%, é inconstitucional, porque invade a competência da União para legislar sobre Direito Civil.

b) Um eventual conflito entre leis federais, estaduais e municipais deve ser resolvido a partir das competências repartidas pela Constituição Federal aos entes federativos, pois não há hierarquia entre leis. A definição da prevalência de uma lei sobre a outra depende da competência legislativa, tendo em vista que, nos termos da jurisprudência do STF, a



usurpação da competência legislativa por qualquer das pessoas estatais implica em transgressão constitucional.

c) A forma federativa de Estado é cláusula pétrea da Constituição Federal, razão pela qual não poderá ser abolida nem por Emenda Constitucional. Por conseguinte, será inconstitucional a realocação de competências administrativas e legislativas que subvertam o núcleo essencial do princípio federativo.

d) Na competência legislativa concorrente, cabe aos Estados e ao Distrito Federal o cumprimento das normas gerais estabelecidas pela União e o acréscimo das questões específicas mediante suplementação da lei federal. Embora os Municípios não tenham competência concorrente expressa com a União, poderão suplementar, no que couber, a lei federal e a lei estadual.

Direito Penal

Questão 31

Assinale a alternativa que não corresponde ao atual entendimento do STJ:

A) É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

B) O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, devendo ser considerado eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior e a existência de relacionamento amoroso com o agente.

C) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.

D) A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Questão 32

João, reincidente, foi preso em flagrante pela Polícia Civil de Minas Gerais, com quatro quilos de cocaína em seu veículo, quando se preparava para adentrar o Estado do Rio de Janeiro. Ouvido, confessou a prática criminosa e declarou que efetuará a venda dos entorpecentes para um contato no Rio de Janeiro, negando participar de qualquer organização.

Considerando apenas os elementos fornecidos acima, João praticou o seguinte delito:

A) tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), com a causa de diminuição de pena, já que não há indícios de que integre organização criminosa.

B) tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), em concurso formal com o crime de transporte de substância nociva à saúde humana (art. 56, caput, da Lei 9.605/98).

C) tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), com a majorante prevista no art. 40, V, da Lei 11.343/2006, em virtude da intenção de realizar o tráfico interestadual.

D) tráfico de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006), sem majorante do art. 40, V, da Lei 11.343/2006, em razão de não ter havido efetivamente o tráfico interestadual.

Questão 33

Assinale a alternativa correta sobre o arrependimento posterior:

A) Ocorre quando o agente repara o dano ou restitui a coisa, após a consumação do delito.

B) O crime não deve ter sido cometido com violência, mas é possível a aplicação do instituto em caso de grave ameaça.



- C) A conduta do agente deve ser espontânea.
- D) Deve ocorrer até o trânsito em julgado da ação penal.

Questão 34

É consequência jurídico-penal do erro de proibição escusável:

- A) absolvição por se configurar a excludente de ilicitude.
- B) redução de pena, de um sexto a um terço.
- C) absolvição por atipicidade.
- D) isenção de pena.

Questão 35

Em conformidade com a Súmula Vinculante 24, o lançamento definitivo do tributo, em relação aos crimes contra a ordem tributária previstos no artigo 1º, da Lei 8.137/90, possui a seguinte natureza:

- A) pressuposto processual de validade.
- B) condição de procedibilidade da ação penal.
- C) condição objetiva de punibilidade.
- D) é desnecessário, por se tratar de crimes formais.

Questão 36

Assinale a alternativa incorreta sobre a culpabilidade:

- A) o erro de proibição inevitável acarreta a isenção de pena, por afastar a culpabilidade. O erro de proibição evitável, por sua vez, acarreta a diminuição de pena, de 1/6 a 2/3.
- B) o Direito Penal adota a teoria limitada da culpabilidade, segundo a qual o erro de tipo evitável exclui o dolo e possibilita a punição por culpa.
- C) o Direito Penal adota a teoria psicológico-normativa, segundo a qual são elementos da culpabilidade somente a imputabilidade e a inexigibilidade de conduta diversa.
- D) a culpabilidade formal é utilizada pelo legislador para fixação das sanções criminais, de forma abstrata, enquanto a culpabilidade material é analisada em concreto, pelo juiz, na dosimetria da pena.

Questão 37

Assinale a alternativa incorreta de acordo com o Direito Penal:

- A) configura crime contra a Administração Pública o ato de o funcionário público, valendo-se de sua condição, beneficiar-se do uso de bem de propriedade do Estado.
- B) adota-se, no Brasil, a teoria da equivalência dos antecedentes causais.
- C) quanto ao dolo, são adotadas a teoria da vontade e a teoria do assentimento.
- D) o lugar do crime é definido pela teoria da ubiquidade, enquanto o tempo do crime se define pela teoria da atividade.

Direito Processual Penal

Questão 38

Tendo em conta as funções da Polícia e a investigação é CORRETO afirmar:



- a) O Delegado de Polícia exerce essencialmente funções de polícia ostensiva e preventiva.
- b) O Delegado de Polícia desempenha funções de polícia judiciária.
- c) O inquérito é um procedimento judicial em que se devem respeitar os direitos e garantias individuais.
- d) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

Questão 39

Sobre a investigação e o inquérito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O juiz pode julgar tomando por base somente as provas colhidas no inquérito.
- b) A função de apuração das infrações penais não tem natureza jurídica.
- c) O inquérito policial pode ser avocado e redistribuído por simples ordem do superior hierárquico, independentemente de justificativa ou fundamentação.
- d) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

Questão 40

O Delegado de Polícia:

- a) Pode arbitrar fiança num caso de roubo.
- b) Pode conceder liberdade provisória num caso de roubo.
- c) Pode fixar cautelar de monitoramento eletrônico, desde que a medida seja posteriormente chancelada pelo juiz.
- d) Pode, privativamente, indiciar um suspeito de roubo, desde que o faça por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato.

Questão 41

Sobre prisões, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A prisão em flagrante não depende de ordem judicial.
- b) A prisão preventiva só pode ser determinada pelo juiz.
- c) A prisão temporária, se necessária, pode ocorrer antes da sentença condenatória.
- d) A prisão preventiva, em fase de inquérito, pode ser decretada de ofício pelo juiz.

Questão 42

Sobre os procedimentos, assinale a assertiva CORRETA:

- a) A absolvição sumária é possível tanto no procedimento ordinário quanto no sumário.
- b) A competência do Tribunal do Júri, prevista na Constituição Federal para os crimes dolosos contra a vida, não pode ser ampliada por lei ordinária.
- c) O procedimento ordinário é adotado somente em relação aos crimes cuja sanção máxima cominada seja maior que 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- d) Normalmente, os procedimentos são eleitos observando-se a espécie de pena cominada para o crime.

Questão 43

Sobre a fiança e a prisão preventiva, anote a assertiva CORRETA:



- a) O Delegado só pode conceder fiança em crimes cuja pena privativa de liberdade seja menor que 4 (quatro) anos.
- b) A fiança, quando concedida pela autoridade policial, perderá a natureza cautelar e não sujeitará o afiançado a outras obrigações correlatas.
- c) Os crimes culposos, ordinariamente, não são passíveis de decretação de prisão preventiva.
- d) Quando a fiança é arbitrada pela autoridade policial e não pelo juiz, o seu quebramento não poderá implicar na decretação da prisão preventiva.

Questão 44

Sobre alguns institutos de processo penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Desde que haja ordem judicial formalizada através de um mandado, os agentes policiais poderão ingressar na residência do sujeito passivo a qualquer hora para o cumprimento.
- b) Citação e intimação constituem um instituto jurídico único, com mesmo regramento, natureza jurídica e consequências idênticas.
- c) Recolhimento domiciliar e prisão domiciliar constituem a mesma medida cautelar, com idênticas obrigações para o sujeito.
- d) A suspensão condicional do processo não é um benefício restrito às infrações de menor potencial ofensivo.

Legislação Penal Especial

Questão 45

É crime hediondo nos termos do art. 1º da Lei nº 8072/90:

- a) Tráfico ilícito de entorpecentes;
- b) Posse ou porte de arma de fogo de uso restrito;
- c) Terrorismo;
- d) Tortura

Questão 46

Acerca dos crimes hediondos e equiparados, assinale a alternativa incorreta, segundo a jurisprudência do STF:

- a) O Brasil adotou o sistema legal para a definição de determinado crime como hediondo. Assim, com base na gravidade abstrata do delito, o legislador insere determinada conduta no rol dos crimes hediondos.
- b) O regime inaugural de cumprimento da pena para os crimes hediondos ou equiparados obrigatoriamente será o fechado.
- c) A progressão de regime, no caso dos condenados aos crimes hediondos e equiparados, dar-se-á após o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- d) A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Questão 47



Com relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta:

- A) A composição dos danos civis em crime de ação penal de iniciativa privada não acarreta a renúncia ao direito de queixa-crime;
- B) Considera-se infração de menor potencial ofensivo todas as contravenções penais e os delitos a que a lei comine pena máxima não superior a 1 ano, cumulada ou não com multa;
- C) No rito sumaríssimo do Juizado Especial Criminal é cabível o oferecimento de denúncia de modo oral.
- D) É possível a citação por edital no âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

Questão 48

Sobre a prisão temporária é correto afirmar que ela será decretada pelo juiz, em face

- A) apenas de representação da autoridade policial, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- B) apenas de requerimento do Ministério Público, e terá prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- C) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público e terá, em caso de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, não se admitindo prorrogação.
- D) de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá, na hipótese de crimes hediondos e equiparados, prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Questão 49

De acordo com a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares

- a) independem de expressa e anterior previsão legal ou regulamentar;
- b) tentadas são punidas com a sanção correspondente à falta consumada;
- c) são classificadas em leves, médias e graves, cabendo à legislação local especificá-las;
- d) Na apuração da falta disciplinar não é necessária a defesa técnica por um advogado.

Questão 50

Acerca dos Juizados Especiais Criminais, é correto afirmar:

- a) Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação de denúncia, os autos serão encaminhados para o Juízo Comum para adoção do rito ordinário.
- b) Não poderá ser dispensado o exame de corpo de delito ainda que a materialidade delitiva do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- c) O inquérito policial será iniciado pelo termo circunstanciado.
- d) Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança.

Direitos Humanos

Questão 51

Os Direitos Humanos de primeira dimensão buscam o respeito às liberdades individuais e têm como base histórica dos seguintes documentos:



Carta Magna de 1215 e o Tratado de Versalhes;
A Constituição Alemã e a Constituição Mexicana;
A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição dos Estados Unidos;
A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta da ONU.

Questão 52

A Constituição de 1988 representou um marco no direito brasileiro quanto à proteção dos Direitos Humanos. Sobre a Constituição Federal de 1988, NÃO é correto afirmar que:

- a) tem como princípio que rege o Brasil em suas relações internacionais a prevalência dos Direitos Humanos.
- b) segundo a doutrina especializada, a Constituição Federal brasileira embora tenha avançado na proteção dos direitos humanos, deixa a desejar na proteção dos direitos de segunda geração.
- c) traz como fundamento da República a dignidade da pessoa humana.
- d) primou pela positivação expressa de vários direitos fundamentais com o objetivo de conferir mais destaque e proteção à temática dos Direitos Humanos.

Questão 53

De acordo com a Lei nº 9.394/96, a educação representa um dever da família e do Estado e se inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, com a finalidade de obter o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com base nesse diploma legal, assinale a alternativa correta.

- a) O ensino será ministrado com base no princípio do pluralismo de ideias, sem considerar concepções pedagógicas.
- b) O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão acionar o poder público para exigí-lo, desde que representado por organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída ou, ainda, o Ministério Público.
- c) Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, observada a escolarização anterior.
- d) É uma das atribuições dos Municípios oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental.

Questão 54

A proteção dos direitos humanos no Brasil está prevista no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A respeito do PNDH-3, assinale a opção correta.

- a) Nesse programa, não é feita alusão à proteção internacional dos direitos humanos.
- b) Os direitos econômicos não são promovidos pelo PNDH.
- c) Conforme o Eixo Orientador II – Desenvolvimento e Direitos Humanos – a forma mais segura de aferir o desenvolvimento do Brasil é por intermédio da evolução do PIB.
- d) O Eixo Orientador III destaca a necessidade de se promover a universalidade dos Direitos Humanos tendo em vista o contexto da realidade brasileira, marcada pela desigualdade.

Questão 55

Sobre as garantias constitucionais, assinale a alternativa incorreta.



- a) conceder-se-á habeas data sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.
- b) O Habeas Corpus surge com a Magna Carta Inglesa de 1215 e é a primeira ação constitucional a ser incorporada no Brasil.
- c) A finalidade do mandado de segurança é a proteção a direitos líquidos e certos, desde que não amparados por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for agente público ou pessoas no exercício de função pública.
- d) A ação popular é cabível quando se pretender anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Medicina Legal

Questão 56

Os cristais de Florence são encontrados nas perícias médico-legais de material retirado (material examinado) de manchas de:

- a) Sangue humano
- b) Sangue animal
- c) Esperma
- d) Suor

Questão 57

Em Tanatologia, saponificação, insensibilidade, e resfriamento corporal são considerados, respectivamente, fenômenos abióticos:

- a) Consequente, visível e transformativo
- b) Transformativo, sensível e imediato.
- c) Transformativo, imediato e consecutivo.
- d) Possível, constante e mediato.

Questão 58

Observou-se ao redor do orifício de entrada do projétil uma área aproximadamente circular, com cerca de dez centímetros de diâmetro, recoberto por um induto cinzento enegrecido, que foi removido, com certa facilidade, com uma esponja embebida em água com sabão. Tratava-se evidentemente, da:

- a) Zona de choque
- b) Zona de esfumaçamento
- c) Zona de equimose
- d) Zona de contato

Questão 59

Em um caso de queimadura, observa-se na região afetada a presença de bolhas contendo líquido amarelado. Conclui-se que a queimadura atingiu o:

- a) 1º grau



- b) 3° grau
- c) 4° grau
- d) 2° grau

Questão 60

A marca de Jellineck é observada nos casos de:

- a) Eletroplessão
- b) Eletrocussão
- c) Choque elétrico causado por voltagens altas
- d) Choque elétrico causado por amperagens altas

Questão 61

A solução de continuidade, única ou múltipla, transversalmente disposta na camada íntima da carótida, junto à sua bifurcação nas asfixias mecânicas por enforcamento é denominada sinal de:

- a) Spalding
- b) Amussat
- c) Schusskanol
- d) Brissemoret

Questão 62

Em um terreno baldio encontrou-se, caído ao solo um cadáver que apresentava cianose, equimoses conjuntivas e um ferimento contuso em forma de sulco oblíquo no pescoço, com borda superior mais saliente do que a inferior, mais acentuada no lado direito e interrompida ao nível da orelha esquerda. Pode-se concluir que se trata de um corpo de vítima de:

- a) Estrangulamento
- b) Lesão ruptiva
- c) Enforcamento
- d) Esganadura

Questão 63

Forte odor de amêndoas amargas, em local de suicídio, é sinal indicativo de envenenamento por:

- a) Ácido Cianídrico
- b) Chumbo
- c) Gás carbônico
- d) Gás Cloro

Questão 64

Comparando-se o orifício de entrada de projétil de arma de fogo, em tiro à distância, com o instrumento que o produziu, verifica-se geralmente, que o diâmetro daquela em relação ao deste é:

- a) Maior, devido à expansão da munição.



- b) Maior, devido à energia cinética do projétil.
- c) Menor, devido à elasticidade da pele da vítima.
- d) Do mesmo diâmetro, uma vez que o projétil permanece em igual trajeto.

Questão 65

No sistema de Vucetich, a letra X, na fórmula datiloscópica, indica:

- a) Impressão digital defeituosa.
- b) Polidactilia
- c) Dedo amputado
- d) Verticilo

Noções de Criminologia

Questão 66

Acerca da criminologia moderna, seu objeto de estudo, funções e métodos, assinale a alternativa incorreta:

- A) A criminologia é uma ciência empírica e interdisciplinar, fática do “ser”, enquanto que o direito penal é uma ciência jurídica, cultural e normativa, do “dever ser”.
- B) A criminologia moderna tem por objeto de estudo: o crime, a vítima, o delinquente e o controle social.
- C) A criminologia e o direito penal utilizam os mesmos elementos para conceituar crime: ação típica, ilícita e culpável.
- D) Pode-se dizer que uma das funções básicas da criminologia consiste em informar a sociedade e os poderes públicos sobre o delito, o delinquente, a vítima e o controle social.

Questão 67

Acerca das Escolas Penais e dos modelos teóricos da criminologia assinale a alternativa correta.

- A) A Escola Clássica propugna uma restauração da dignidade humana e o direito do cidadão perante o Estado, fundamentando-se no individualismo. Destaca-se pela aproximação do jusnaturalismo e contratualismo.
- B) A Escola Clássica é uma reação à Escola Positivista e reorienta estudos criminológicos. Opondo-se ao individualismo da Positivista, defende o corpo social contra a ação do agente criminoso, priorizando os interesses sociais em relação aos individuais.
- C) Para a criminologia clássica, criminoso é um ser atávico, escravo de sua carga hereditária, nascido criminoso e prisioneiro de sua própria patologia.
- D) Para a criminologia positivista, infrator é mera vítima inocente do sistema econômico; culpável é a sociedade capitalista.

Questão 68

Acerca da moderna sociologia criminal, sua visão bipartida, assinale a alternativa correta:

- A) Pode se citar como exemplo da teoria do consenso a teoria crítica.
- B) A moderna sociologia criminal, tem uma visão bipartida do pensamento criminológico atual, sendo uma de cunho funcionalista e outra de cunho argumentativo, trata-se das teorias abstrata e concreta.



- C) O pensamento da criminologia social moderna é bipartido, em teoria do consenso e teoria do conflito.
- D) A teoria da associação diferencial está inserida dentro das teorias do conflito.

Questão 69

Uma das preocupações da criminologia moderna consiste na prevenção do crime. Acerca da prevenção primária, secundária e terciária, assinale a alternativa correta.

- A) A prevenção primária do delito é a menos eficaz no combate à criminalidade, uma vez que opera, etiologicamente, sobre pessoas determinadas por meio de medidas dissuasórias e a curto prazo, dispensando prestações sociais.
- B) A prevenção criminal que está voltada à segurança e qualidade de vida, atuando na área da educação, emprego, saúde e moradia, conhecida universalmente como direitos sociais e que se manifesta a médio e longo prazos, é chamada pela criminologia de prevenção secundária
- C) A prevenção terciária do crime implica na implementação efetiva de medidas que evitam o delito, com a instalação, por exemplo, de programas de policiamento ostensivo em locais de maior concentração de criminalidade.
- D) Trabalho, saúde, lazer, educação, saneamento básico e iluminação pública, quando oferecidos à sociedade de maneira satisfatória, são considerados forma de prevenção primária do delito, capaz de abrandar os fenômenos criminais.

Questão 70

A vitimologia tem ganhado notoriedade dentro da Criminologia, estuda-se de forma ampla os aspectos da vítima na criminalidade. Acerca da vitimização primária, secundária e terciária, assinale a alternativa incorreta:

- A) a vitimização secundária consiste no prejuízo da intervenção estatal, dado seu descaso com a vítima. Desse modo, a vítima sofre o descaso do aparelho estatal.
- B) a vitimização primária consiste no dano à vítima decorrente do próprio crime. É o primeiro efeito que o crime traz a vítima, o prejuízo decorrente da conduta delituosa.
- C) a vitimização secundária consiste no preconceito da sociedade em face da vítima, o próprio grupo social por vezes incentiva a vítima a calar-se diante do crime.
- D) a vitimização terciária ocorre quando a vítima é abandonada pelo Estado e estigmatizada pela sociedade.